



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141441 - PR (2021/0013222-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ALISSON DIOGO MONTE DE LIMA (PRESO)
ADVOGADO : PAULO EDUARDO FECCHIO DOS SANTOS - PR049252
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ALISSON DIOGO MONTE DE LIMA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 0064149-86.2020.8.16.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente, desde 13/10/2020, pela suposta prática do delito de tráfico de drogas (art. 33 da Lei n. 11.343/2006).

Nesta via, a defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao recorrente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva imposta ao recorrente, ainda que com a imposição de outras medidas cautelares menos gravosas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

Infere-se que, além deste recurso ordinário constitucional, a defesa impetrou o HC n. 635.292/PR, também impugnando o acórdão proferido no julgamento do HC n. 0064149-86.2020.8.16.0000 e buscando a revogação da prisão preventiva do recorrente ou a substituição por medidas cautelares.

Assim, observa-se que neste inconformismo tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido nenhum fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado *writ*, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do reclamo em apreço.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. PRETENSÃO JÁ ANALISADA EM WRIT ANTERIOR. MERA REITERAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Hipótese em que a presente impetração constitui mera reiteração do pedido formulado no HC 429.842/SP, e isto porque há identidade de partes e da causa de pedir, impugnando os dois feitos a mesma decisão, o que constitui óbice ao seu conhecimento.

2. Ainda que o habeas corpus anterior não tenha sido conhecido, caso analisada a pretensão para fins de análise de eventual flagrante ilegalidade, subsiste a reiteração entre os feitos.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no RHC 94212/SP, Rel. Ministro RIBEIRO

DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/04/2020, DJe 15/04/2020; sem grifos no original.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea a, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência